|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS** | Atende plenamente a exigência? | Consta do processo? Indicar em quais páginas. |
| Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação, conforme previsto nos capítulos 6 e 7 do IPP?[[1]](#endnote-1) | Resposta |  |
| Consta dos autos manifestação formal do setor competente contendo a análise crítica da pesquisa de preços e as justificativas acerca da metodologia de obtenção dos custos global e unitários de referência da licitação, conforme ferramenta disponibilizada pelo Compras.gov.br, complementada, quando pertinente, utilizando-se do modelo de Nota Técnica de Análise Crítica de Preços Pesquisados, prevista nas págs. 44-45 do IPP? | Resposta |  |
| Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? [[2]](#endnote-2) | Resposta |  |
| Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados? [[3]](#endnote-3) | Resposta |  |
| A pesquisa de preços contém, no mínimo, o disposto no artigo 83 do Decreto Municipal n°3.884/2024? [[4]](#endnote-4) | Resposta |  |
| Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes? [[5]](#endnote-5) | Resposta |  |
| Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano? [[6]](#endnote-6) | Resposta |  |
| Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas? [[7]](#endnote-7) | Resposta |  |
| Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo? [[8]](#endnote-8) | Resposta |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação?[[9]](#endnote-9) | Resposta |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável?[[10]](#endnote-10) | Resposta |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º do Decreto Municipal n° 3.884/2024, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado?[[11]](#endnote-11) | Resposta |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?[[12]](#endnote-12) | Resposta |  |
| Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?[[13]](#endnote-13) | Resposta |  |

1. Art. 18, IV, da Lei 14133/21. Art. 9º da IN Seges 65/21, c.c. art. 30, X, da IN Seges 5/2017; [↑](#endnote-ref-1)
2. Art. 23 da Lei 14133/21. [↑](#endnote-ref-2)
3. Art. 6º, §6º, da IN Seges nº 65/21. [↑](#endnote-ref-3)
4. Art. 83 do Decreto Municipal n°3.884/2024. [↑](#endnote-ref-4)
5. Art. 85, inc.I, do Decreto Municipal n°3.884/2024. [↑](#endnote-ref-5)
6. Art. 85, inc. II, e §4º, do Decreto Municipal n°3.884/2024. [↑](#endnote-ref-6)
7. Art. 85, IV do Decreto Municipal n°3.884/2024 [↑](#endnote-ref-7)
8. Art. 85, IV do Decreto Municipal n°3.884/2024 [↑](#endnote-ref-8)
9. Art. 85, §3º, inc.I, do Decreto Municipal n°3.884/2024. [↑](#endnote-ref-9)
10. Art. 85, §3º, inc.II, do Decreto Municipal n°3.884/2024. [↑](#endnote-ref-10)
11. Art. 85, §3º, inciso III, do Decreto Municipal n°3.884/2024 [↑](#endnote-ref-11)
12. Art. 85, §3º, inciso IV, do Decreto Municipal n°3.884/2024. [↑](#endnote-ref-12)
13. Art. 18, XI, da Lei 14133/21. [↑](#endnote-ref-13)